



Edição Nº 1 julho e agosto de 2023

INFORMAÇÕES NACIONAIS



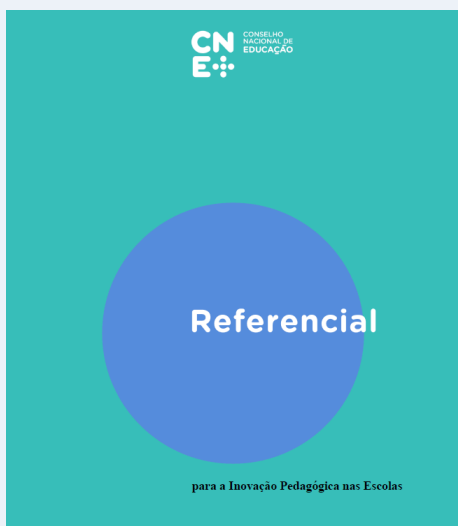
PRÉMIO DE CARREIRA ST²AR (SERVICE TO TEACHERS, TEACHING, THE ACADEMY AND RESEARCH) ATRIBUÍDO À PROFESSORA ASSUNÇÃO FLORES

A UGT dá os parabéns à professora Assunção Flores pela atribuição do prémio de carreira ST²AR, por parte da Associação Internacional de Estudos sobre os Professores e o Ensino (ISATT), no seu 20º Congresso Bienal, em Bari, Itália.

Assunção Flores é professora no Instituto de Educação da Universidade do Minho, onde dirige o Centro de Investigação em Estudos da Criança (CIEC). É diretora das revistas científicas *Child Studies*, *Teachers and Teaching Theory and Practice* e codiretora do *European Journal of Teacher Education*. Foi a única investigadora portuguesa a presidir ao *International Council on Education for Teaching (ICET)* e à *International Study Association in Teachers and Teaching (ISATT)*. Ao longo da sua carreira, contam-se mais de 300 publicações científicas (artigos, livros e capítulos) e inúmeras intervenções em congressos nos vários continentes. Segundo o grupo editorial Elsevier, encontra-se entre os cientistas mais influentes do mundo.

O prémio, que visa reconhecer a carreira de investigadores que se tenham distinguido internacionalmente no domínio da educação, foi este ano atribuído pela primeira vez a uma investigadora portuguesa.

REFERENCIAL PARA A INOVAÇÃO PEDAGÓGICA NAS ESCOLAS



Foi publicado pelo CNE este referencial, que se *centra na pedagogia escolar e se dirige às escolas enquanto organizações aprendentes, em particular aos educadores que nelas trabalham, sendo os educandos os principais beneficiários dos processos de mudança*. Embora se articule com outras esferas, das políticas educativas e orientações curriculares à gestão das escolas e à formação dos educadores, esse não é o seu foco principal, tal como não é sua intenção discutir normativos legais particulares ou propor práticas de inovação específicas. O que se pretende é promover uma *reflexão crítica sobre a educação e a inovação pedagógica nos contextos escolares, que sustente o desenvolvimento e a análise de iniciativas de inovação*.

Consulte o documento aqui:

https://www.cnedu.pt/content/noticias/CNE/Referencial_Inovacao_Pedagogica_siteCNE.pdf

PARECERES E RECOMENDAÇÕES 2022

Foi publicado pelo CNE o conjunto de pareceres e recomendações emitidos por este Conselho durante o ano de 2022.

Pode consultar este compêndio aqui:

https://www.cnedu.pt/content/deliberacoes/pareceres/CNE_Pareceres_2022.pdf





O IEFP organizou a semana das competências e dedicou um dia aos jovens, aproveitando a efeméride do “Dia Mundial das Competências dos Jovens” que se assinalou a 15 de julho.



Até ao final de agosto, são quatro as pessoas que partem para Cabo Verde, Índia, Marrocos e Timor-Leste para se constituírem enquanto ponto focal entre as comunidades destes países e o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, nomeadamente no acesso aos serviços e informações na área do emprego e formação profissional.



Empresas que contratarem sem termo e oferecerem um ordenado igual ou superior a 1330 euros brutos mensais beneficiam de um apoio financeiro que pode ir até 12,4 mil euros anuais. Jovens recebem ainda uma bolsa mensal de 150 euros durante um ano do IEFP.

Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) de qualificações de nível 5
7 de Julho de 2023

Já estão disponíveis no Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ) os primeiros 9 referenciais de RVCC profissional de nível 5:

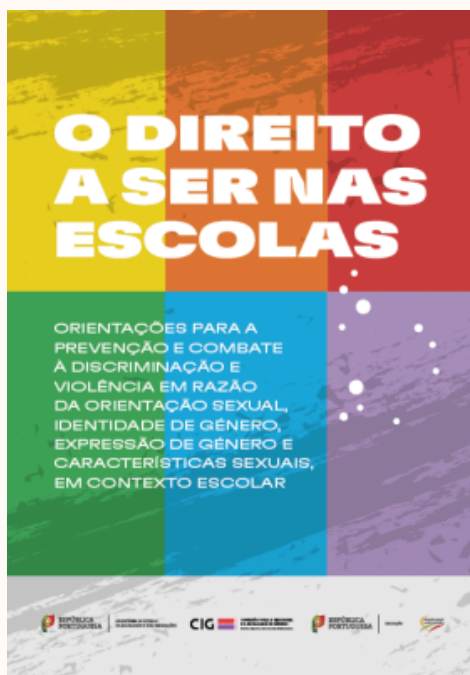
Técnico/a Especialista em Aplicações Informáticas de Gestão
Técnico/a de Especialista de Gestão de Informação e Ciência dos Dados
Técnico/a Especialista em Gestão de Redes e Sistemas Informáticos
Técnico/a Especialista em Tecnologias e Programação de Sistemas de Informação
Técnico/a Especialista em Cibersegurança
Técnico/a Especialista em Design Calçado
Técnico/a Especialista em Design Têxtil para Malhas
Técnico/a Especialista em Design Têxtil para Tecelagem
Técnico/a Especialista em Design Têxtil para Estamparia

Despacho n.º 7736/2023, de 26 de julho de 2023

26 de Julho de 2023

Foi publicado o Despacho n.º 7736/2023, que homologa as Aprendizagens Essenciais das disciplinas da formação artística especializada do Curso Básico de Teatro, tomando como referência a matriz curricular-base constante dos anexos IV e V ao Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho.

Uma vez que o Curso Básico de Teatro corresponde à oferta de uma nova área artística no âmbito dos cursos artísticos especializados de nível básico, tornou-se necessário salvaguardar a construção de documentos de Aprendizagens Essenciais para todas as disciplinas desta componente de currículo. Estas novas Aprendizagens Essenciais das disciplinas da formação artística especializada do Curso Básico de Teatro produzem efeito já no próximo ano letivo, 2023-2024, e podem ser consultadas na área "Documentos", em "Aprendizagens Essenciais".



GUIA "O DIREITO A SER NAS ESCOLAS"

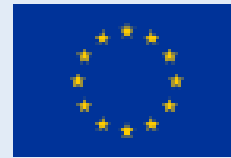
A Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género e a Direção-Geral da Educação publicaram o guia "O Direito a Ser nas Escolas", orientações destinadas a pessoal docente e não docente com vista a uma Escola mais inclusiva.

DEMOCRACIA NA UE EM ACÇÃO - DÊ A SUA OPINIÃO COM O CONJUNTO DE FERRAMENTAS DA INICIATIVA DE CIDADANIA EUROPEIA PARA AS ESCOLAS



O objetivo deste conjunto de ferramentas didáticas, centradas na Iniciativa de Cidadania Europeia, é dotar os alunos de conhecimentos e competências que lhes permitam ser cidadãos europeus ativos e empenhados. No final do curso, os alunos ficam com uma ideia clara do objetivo da Iniciativa de Cidadania Europeia, do seu funcionamento e integração no contexto mais vasto da democracia na União Europeia e da forma como a podem utilizar para introduzir mudanças no mundo onde vivem.

As ferramentas foram concebidas para o ensino secundário e podem ser utilizadas de forma flexível em aulas de educação para a cidadania ou que tratem de temas afins. Vão estar disponíveis em todas as línguas oficiais da EU e podem ser utilizadas tanto na língua nacional como numa aula de língua estrangeira, ou, ainda, no âmbito da aprendizagem integrada de línguas e conteúdos (AILC).



PACTO PARA AS COMPETÊNCIAS

já ajudou 2 milhões de pessoas que beneficiam de atividades de atualização e requalificação



De acordo com o inquérito, 2 milhões de pessoas beneficiaram de atividades de melhoria e requalificação no âmbito do Pacto. Foram atualizados ou desenvolvidos 15 500 programas de formação e os membros do Pacto investiram 160 milhões de euros em iniciativas de competências. Trata-se de um contributo importante para o Ano Europeu das Competências.

Ao reunir a indústria, os parceiros sociais, os prestadores de serviços profissionais e educativos, as autoridades públicas, os serviços de emprego e outros de diferentes sectores, o Pacto para as Competências promove uma abordagem colectiva para enfrentar os desafios e as carências no desenvolvimento de competências. Isto é especialmente relevante num mundo do trabalho em rápida mudança e para as transições ecológica e digital. Mais de 80% dos membros do Pacto inquiridos valorizam o apoio prestado pelo Pacto para garantir ofertas concretas de formação para os trabalhadores em toda a Europa.

As parcerias de competências no âmbito do Pacto revelaram-se eficazes na resposta às necessidades de competências sectoriais e tiveram um impacto positivo na melhoria das competências dos trabalhadores. Até à data, 1.500 organizações aderiram ao Pacto para as Competências, tendo sido estabelecidas 18 parcerias de competências de grande escala em setores estratégicos como as energias renováveis, o sector dos cuidados e a microeletrónica. Isto significa que foi criada pelo menos uma parceria de competências em grande escala para cada ecossistema industrial da Estratégia Industrial da UE. Em conjunto, todas as parcerias comprometeram-se a proporcionar formação a mais de 10 milhões de pessoas nos próximos anos.

O relatório do inquérito apresenta também exemplos concretos de ações de qualificação bem-sucedidas levadas a cabo pelos membros do Pacto em toda a Europa, tais como:

A Femxa Formación em Espanha facilitou a integração de mais de 60 mulheres oriundas da imigração no mercado de trabalho da Letónia e de Espanha através de programas de formação.

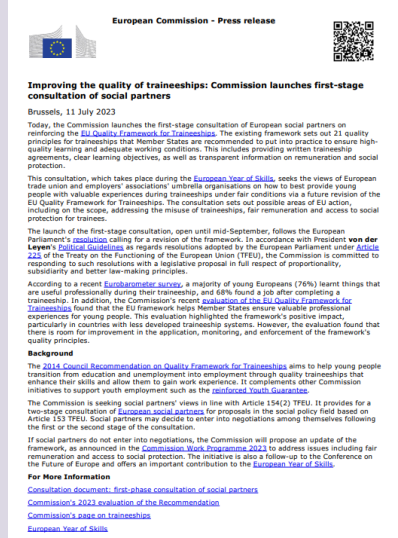
A organização Wheel na Irlanda lançou uma Academia de Liderança para apoiar o desenvolvimento de competências no sector da economia social na Irlanda. A plataforma oferece material de formação direcionado e recursos relevantes.

O Município de Lisboa introduziu um projeto “Passaporte de Competências Digitais” para microcredenciais de competências digitais.

O Centro Emphasys no Chipre, em parceria com uma ONG, disponibiliza o seu centro de formação fora do horário laboral para proporcionar oportunidades de desenvolvimento de competências a grupos vulneráveis, incluindo jovens e pessoas oriundas da migração, idosos e candidatos a emprego.

A Federação Europeia das Associações de Guias Turísticos concebeu masterclasses para capacitar os formadores de guias turísticos, com foco na inclusão e nas competências digitais.

MELHORAR A QUALIDADE DOS ESTÁGIOS: COMISSÃO LANÇA PRIMEIRA FASE DE CONSULTA AOS PARCEIROS SOCIAIS



A Comissão lançou a primeira fase de consulta aos parceiros sociais europeus sobre o reforço do Quadro de Qualidade da UE para os Estágios. O quadro existente estabelece 21 princípios de qualidade para os estágios que se recomenda que os Estados-Membros ponham em prática para garantir uma aprendizagem de elevada qualidade e condições de trabalho adequadas. Isto inclui a disponibilização de acordos de estágio escritos, objectivos de aprendizagem claros, bem como informação transparente sobre remuneração e protecção social.

A Comissão lançou a primeira fase de consulta aos parceiros sociais europeus sobre o reforço do Quadro de Qualidade da UE para os Estágios. O quadro existente estabelece 21 princípios de qualidade para os estágios que se recomenda que os Estados-Membros ponham em prática para garantir uma aprendizagem de elevada qualidade e condições de trabalho adequadas. Isto inclui a disponibilização de acordos de estágio escritos, objetivos de aprendizagem claros, bem como informação transparente sobre remuneração e proteção social.

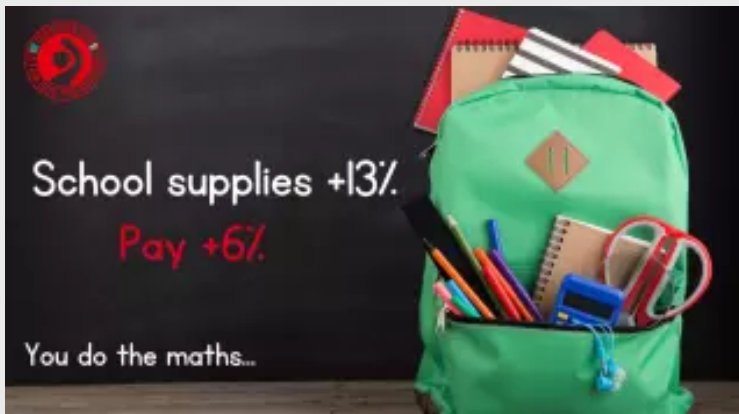
Esta consulta, que se realiza durante o Ano Europeu das Competências, procura conhecer os pontos de vista dos sindicatos europeus e das organizações representativas das associações patronais sobre a melhor forma de proporcionar aos jovens experiências valiosas durante os estágios em condições justas, através de uma futura revisão do Regulamento Europeu para a Qualidade. A consulta define possíveis domínios de ação da UE, nomeadamente quanto ao âmbito de aplicação, abordando a utilização indevida de estágios, a remuneração justa e o acesso à proteção social para os estagiários.

O lançamento da primeira fase de consulta, aberta até meados de Setembro, segue-se à resolução do Parlamento Europeu que apela a uma revisão do quadro. Em conformidade com as orientações políticas da Presidente von der Leyen no que respeita às resoluções adotadas pelo Parlamento Europeu nos termos do artigo 225.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE), a Comissão está empenhada em responder a estas resoluções com uma proposta legislativa que respeite integralmente a proporcionalidade, a subsidiariedade e os princípios para legislar melhor.

De acordo com um inquérito recente do Eurobarómetro, a maioria dos jovens europeus (76%) aprendeu coisas que são úteis profissionalmente durante o seu estágio e 68% encontraram um emprego após terem concluído um estágio. Além disso, a recente avaliação da Comissão do Quadro de Qualidade da UE para os Estágios concluiu que o quadro da UE ajuda os Estados-Membros a garantir experiências profissionais valiosas para os jovens. Esta avaliação destacou o impacto positivo do quadro, especialmente nos países com sistemas de estágios menos desenvolvidos. No entanto, a avaliação concluiu que há espaço para melhorias na aplicação, monitorização e aplicação dos princípios de qualidade do quadro.

Aceda ao relatório aqui:

http://ec.europa.eu/commission/presscorner/api/files/document/print/en/ip_23_3746/IP_23_3746_EN.pdf



As famílias em dificuldades enfrentam outro revés inflacionário à medida que as crianças regressam à sala de aula, com o custo dos materiais escolares mais básicos a aumentar duas vezes mais rapidamente do que os salários em toda a Europa.

O preço de bens essenciais como canetas, lápis, papel, pastas, borrachas, afia-lápis ou tesouras aumentou 13 por cento, em média, entre janeiro e maio deste ano.

Este valor representa o dobro da taxa a que a remuneração nominal está a aumentar este ano (6 por cento) e segue-se a um aumento de 8 por cento no ano passado – também o dobro da taxa a que os salários cresceram no ano passado. O maior aumento anterior no custo da papelaria foi de 1,7 por cento em 2019.

O preço dos manuais educativos, do vestuário e calçado infantil e das calculadoras também está a aumentar mais rapidamente do que os salários em muitos Estados-Membros, aumentando ainda mais a pressão sobre os trabalhadores que já enfrentam a crise do custo de vida.

Estados Membros com maior diferença no aumento dos custos básicos em material escolar e salários:

Aumento dos custos em material escolar entre janeiro e maio 2023 Aumento salarial 2023

Países Baixos	22%	6%
Suécia	11%	4%
Dinamarca	15%	5%
Croácia	19%	8%
Espanha	12%	5%
Chipre	14%	6%
Alemanha	13%	6%
Malta	13%	6%
Itália	9%	4%
Estónia	23%	11%
Lituânia	18%	10%
Portugal	12%	6%
França	10%	5%
Grécia	8%	4%

Um dos testemunhos apresentados pela CES é do Alexandre Dias, professor, do SPZN:

“Os bens essenciais relacionados com a educação aumentaram de forma consistente com a inflação e a situação económica em relação ao ano anterior, penalizando as famílias e os estudantes. Para além das disparidades de preços que são normais entre as diferentes lojas, isto faz-se sentir em termos globais. De acordo com os relatos dos meios de comunicação social, o preço de um cabaz educativo aumentou 14 por cento em relação ao ano passado e as famílias estão a ter ainda mais dificuldades em cobrir todos os custos associados à educação. De salientar que não têm acompanhado este aumento exponencial dos preços, que em algumas rubricas ultrapassa os 50 por cento. Obviamente que as promoções ou a escolha de material de menor qualidade são uma opção, mas isso não muda a realidade.”

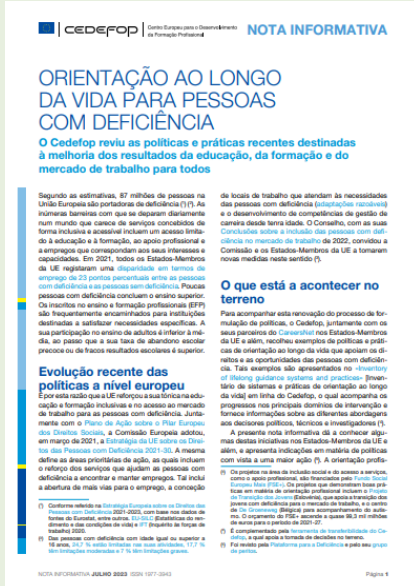


CEDEFOP

European Centre for the Development of Vocational Training

ORIENTAÇÃO AO LONGO DA VIDA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

O Cedefop reviu as políticas e práticas recentes destinadas à melhoria dos resultados da educação, da formação e do mercado de trabalho para todos



Segundo as estimativas, 87 milhões de pessoas na União Europeia são portadoras de deficiência. As inúmeras barreiras com que se deparam diariamente num mundo que carece de serviços concebidos de forma inclusiva e acessível incluem um acesso limitado à educação e à formação, ao apoio profissional e a empregos que correspondam aos seus interesses e capacidades. Em 2021, todos os Estados-Membros da UE registaram uma disparidade em termos de emprego de 23 pontos percentuais entre as pessoas com deficiência e as pessoas sem deficiência. Poucas pessoas com deficiência concluem o ensino superior. Os inscritos no ensino e formação profissionais (EFP) são frequentemente encaminhados para instituições destinadas a satisfazer necessidades específicas. A sua participação no ensino de adultos é inferior à média, ao passo que a sua taxa de abandono escolar precoce ou de fracos resultados escolares é superior.

O que está a acontecer no terreno

Para acompanhar esta revisão do processo de formulação de políticas, o Cedefop, juntamente com os seus parceiros do *Coventry* nos Estados-Membros da UE e além, recolheu exemplos de políticas e práticas de orientação ao longo da vida que apoiam os direitos e as oportunidades das pessoas com deficiência. Tais exemplos são apresentados no *Inventory of lifelong guidance systems and practices* (Inventário de sistemas e práticas de orientação ao longo da vida) em linha do Cedefop, o qual acompanha os progressos nos principais domínios de intervenção e fornece informações sobre as diferentes abordagens aos desafios políticos, técnicos e investigativos.

A presente nota informativa dá a conhecer algumas destas iniciativas nos Estados-Membros da UE e além, e apresenta indicações em matéria de políticas com vista a uma maior ação. A orientação profissional é considerada uma atividade essencial no ensino, tanto o ensino profissional, como o ensino superior. O Cedefop tem vindo a trabalhar em estreita colaboração com o Conselho da UE e o Parlamento Europeu para apoiar a criação de sistemas de orientação ao longo da vida que apoiam os direitos e as oportunidades das pessoas com deficiência. O Cedefop tem vindo a trabalhar em estreita colaboração com o Conselho da UE e o Parlamento Europeu para apoiar a criação de sistemas de orientação ao longo da vida que apoiam os direitos e as oportunidades das pessoas com deficiência.

Aceda aqui à Nota informativa na íntegra:
https://www.cedefop.europa.eu/files/9186_pt.pdf

POLÍTICAS NACIONAIS PARA A QUALIDADE NA MOBILIDADE INICIAL DO EFP

Pouco progresso feito: é necessário um novo impulso

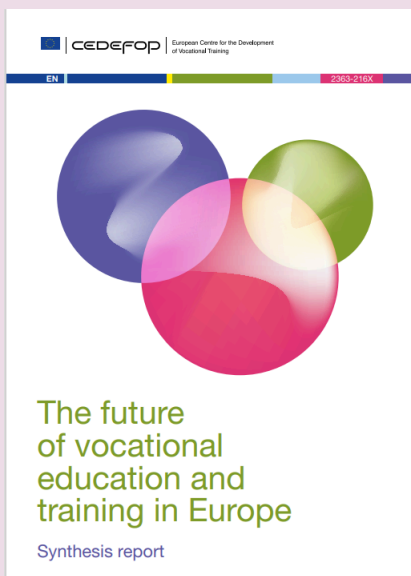
A política da União Europeia em matéria de educação e formação atribui grande importância a permitir que os alunos se familiarizem com a mobilidade internacional. Adquirir esta experiência durante os estudos é visto como crucial para melhorar posteriormente a mobilidade laboral.

Isto permite às economias da UE resolver os desequilíbrios espaciais na disponibilidade de mão-de-obra e as necessidades das empresas transnacionais em termos de pessoal móvel. Uma série de iniciativas políticas de ensino e formação profissional (EFP) a nível da UE para apoiar a mobilidade dos estudantes têm sido empreendidas desde a década de 1960. Foram tomadas medidas importantes para garantir a qualidade das mobilidades em 2006 (Carta Europeia da Qualidade para a Mobilidade) e 2011 (Recomendação Juventude em Movimento).

Este resumo político faz um balanço dos esforços nacionais para melhorar a qualidade da mobilidade internacional para a aprendizagem no EFP inicial ao longo da última década. Mostra que os países fizeram progressos, embora ainda existam áreas a melhorar em termos de quadros de qualidade e governação política.



O FUTURO DO ENSINO E DA FORMAÇÃO PROFISSIONAIS NA EUROPA RELATÓRIO DE SÍNTESE



O estudo O Futuro do EFP examinou a forma como o ensino e a formação profissionais (EFP) mudaram desde meados da década de 1990 e como isso pode influenciar as oportunidades e os desafios futuros.

Este relatório de síntese resume três anos de investigação, tendo envolvido investigadores e especialistas em EFP em toda a Europa, com discussão dos resultados sobre o conteúdo e a prestação do EFP, as práticas de avaliação e a ligação entre o EFP inicial e contínuo. Para além de conectar e sintetizar a série de trabalhos de investigação e estudos de caso já publicados, apresenta uma análise por país. O estudo fornece informações importantes sobre a forma como o EFP se desenvolveu na Europa ao longo das últimas três décadas, ilustrando as tendências e os desenvolvimentos observados, bem como as tendências de convergência entre países e sistemas.

A investigação mostrou também que o desenvolvimento do EFP não forma necessariamente uma cadeia ininterrupta que conduz numa direção, mas pode ser interrompido por mudanças de rumo e até mesmo por reversões nas políticas e práticas. O futuro do EFP ainda não está escrito. Este relatório pretende fornecer um estímulo para o desenvolvimento de investigação futura nesta área.

Aceda aqui ao Relatório na íntegra:
www.cedefop.europa.eu/files/3094_en.pdf

INVESTIR NA ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL O CASO DOS TRABALHADORES

Apoiar o desenvolvimento profissional dos trabalhadores é uma vitória quádrupla – para o indivíduo, para as organizações, para a economia e para a sociedade.

Este folheto defende uma orientação profissional de qualidade para os trabalhadores do quadro dos sistemas de orientação ao longo da vida.

Aceda aqui ao Folheto na íntegra:
www.cedefop.europa.eu/files/2235_en.pdf

